

(c) Hierarquia de valor justo: Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo são apresentados conforme tabela abaixo:

	2024			2023		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	136.386	-	147.583	-	-	-
Ativo						
Aplicações financeiras	52.606	-	61.141	-	-	-

28 Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa
A Companhia realizou as seguintes atividades, operacionais, de investimento não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	2024	2023
Transferências de imobilizado para intangível	442	442
Baixa do direito de uso por encerramento contrato antecipado	621	621
Juros capitalizados no imobilizado	59	572
Compensação de impostos a pagar com recuperar	1.912	310
Baixa Imobilizado com contra partida em fornecedores	390	-
Adição no imobilizado com contra partida em ativo mantido para venda	-	439
	<u>2.361</u>	<u>2.384</u>

29 Eventos subsequentes

(a) Aprovação da PDP de Insulina Glargina apresentada pela BIOMM, Bio-Manguinhos e a Gan&Lee. Em 25 de fevereiro de 2025, foi anunciado a aprovação da PDP de Insulina Glargina apresentada pela BiomM, Bio-Manguinhos e a Gan&Lee. A PDP é um programa do Ministério da Saúde que visa a redução da vulnerabilidade do SUS através da internalização da produção de medicamentos, nesse caso, atendendo à demanda anual de insulina glargina do Ministério da Saúde. Além da BiomM, é parte dessa PDP a Gan&Lee, maior produtora de insulina glargina na China, de quem a Companhia importa e distribui desde 2021 o Glargine® em todo o país e o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos, uma unidade da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) que desenvolve e produz vacinas, reativos para diagnóstico e biofármacos. Durante os 10 anos de vigência dessa PDP, a BiomM fará a entrega do medicamento ao Ministério da Saúde, enquanto a Gan&Lee fará a transferência de tecnologia de insulina glargina (Glargine®) para a Companhia e para a Bio-Manguinhos. O medicamento, hoje importado, atenderá a demanda do Ministério da Saúde e terá a sua produção gradativamente internalizada na

fábrica, estado da arte da BiomM em Nova Lima, Minas Gerais e por Bio-Manguinhos, Ceará.

Conselho de Administração

Cláudio Luiz Lotterberg
Walfredo Silvino dos Mares Guia Neto
Luiz Francisco Novelli Viana
Eduardo Augusto Buarque de Almeida
Italo Aurélio Gaetani
Márcio Pochmann
André Capistrano Ernich
Pedro Augusto Mesquita Prado
Laura Gomes Castanheira

Diretoria

Heroldo Carvalho Marchezini
Francisco Carlos Marques de Freitas
Francisco Rafael Costa Junior
Luciano da Silva Machado

Contadora

Nayara Rodrigues de Souza Cruz
CRC-MG-118096-O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Biomm S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Biomm S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Biomm S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa

auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recuperabilidade do Ativo Imobilizado
Veja a Notas 3 (j) e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Principais assuntos de auditoria
Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldo relevante em ativo imobilizado, registrado em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, no montante de R\$ 167.645 mil. Esse ativo foi constituído ao longo dos últimos anos no contexto da implantação de uma unidade biofarmacêutica em Nova Lima, no Estado de Minas Gerais, voltada à produção e comercialização de insulinas e outras proteínas terapêuticas por engenharia genética (biofármacos). Considerando a relevância desse ativo e a conclusão das fases iniciais do projeto, mantivemos como assunto significativo para nossa auditoria a avaliação da recuperabilidade do imobilizado, com foco na capacidade produtiva da unidade e sua geração de benefícios econômicos futuros.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:
- Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas utilizadas pela administração na projeção de receitas, custos e despesas operacionais, taxa de desconto e capital de giro. Essa avaliação incluiu a comparação dessas premissas com informações de mercado e análise de viabilidade econômica. Além disso, analisamos a adequação dos modelos financeiros utilizados, verificando a coerência dos fluxos de caixa projetados e a consistência das taxas de desconto aplicadas. Também realizamos testes matemáticos para validar os cálculos do valor recuperável dos ativos.; e
- Analisamos a adequação das divulgações da Companhia sobre os critérios de avaliação da recuperabilidade do ativo imobilizado, considerando as práticas contábeis aplicáveis. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os critérios adotados para a avaliação da recuperabilidade do ativo imobilizado e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos: Demonstrações de valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos

neste Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 27 de março de 2024, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram

submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que

o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças e as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 28 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-MG
Anderson Luiz de Menezes - Contador CRC MG-072040/O-3



NOROMIX CONCRETO S.A.

CNPJ nº 10.538.895/0001-38

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (EM REAIS)

Balanco Patrimonial table with columns for Nota, 2024, 2023, and Consolidado. Includes sections for Ativo Circulante and Não Circulante, and Passivo e patrimônio líquido.

Demonsrações das mutações do patrimônio líquido table with columns for Descrição, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Lucro/prejuízo acumulado, Lucro/prejuízo do exercício, and Ajuste de avaliação patrimonial.

Demonsrações dos Fluxos de Caixa table with columns for Descrição, Fluxo de caixa das atividades operacionais, Investimentos, and Financeiras.

Demonsrações do Resultado do Exercício table with columns for Descrição, 2024, 2023, and Consolidado. Includes sections for Receita Operacional, Resultado Operacional, and Lucro Líquido.

5. Contas a receber As contas a receber estão representadas como segue: Cheques Pré-datados, Duplicatas a Receber, Duplicatas a Receber - Usinas, Construtoras, Duplicatas a Receber - Usinas, Duplicatas a Receber - Usinas, Duplicatas Descontadas, Advogados Divuidos.

6. Adiantamentos Os demais ativos referem-se a adiantamentos, como demonstrado abaixo: Adiantamento a Funcionários, Adiantamento a Fornecedores, Adiantamento de Férias, Adiantamento para Investimento.

7. Impostos a recuperar Os impostos a recuperar estão representados como segue: CSLL a Recuperar, ICMS a Recuperar, INSS a Recuperar, IPTU a Recuperar, PIS a Recuperar, ISSQN a Recuperar, COFINS a Recuperar, Impostos Federais a Recuperar, Impostos e Taxas.

8. Estoques Os estoques são avaliados pelo método de custo médio. A provisão para perdas será constituída, quando aplicável, com base em análise sobre itens obsoletos e/ou com baixa movimentação.

9. Investimentos Os investimentos estão representados como segue: Descrição, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2024, Saldo Final.

10. Imobilizado O Imobilizado é registrado ao custo de aquisição. As depreciações são computadas pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: construções - 4%; máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e instalações - 10% e veículos, viaturas a 20%.

11. Fornecedores Os fornecedores são reconhecidos, inicialmente ao valor de mercado e no momento das negociações de compras, os pagamentos podem ser parcelados. Os pagamentos são realizados conforme os prazos médios de vencimento, que variam entre 30 e 60 dias, os quais condizem com o saldo dos fornecedores a pagar em 31/12/2024.

12. Provisões trabalhistas O montante da provisão foi determinado com base na remuneração mensal do colaborador e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objeto de provisão na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência.

13. Obrigações fiscais a recolher Os impostos e Contribuições apresentados são incidentes sobre as atividades operacionais da Companhia e decorrentes da Folha de Pagamento, calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes, incluindo as retenções sobre serviços tomados, quando aplicável. Para regularização dos débitos fiscais a companhia assinou em maio de 2024 o Termo de Transação Individual (\"Transação\"), com fundamento no art. 171 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional - CTN), na Lei nº 13.988/2020 e na Portaria PGN/Nº 6.757/2022 junto a Procuradoria-Central da Fazenda Nacional - PGFN, em conjunto com outras Companhias coligadas, que equacionou o débito tributário com a redução significativa de multas e juros, aproveitamento de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL, e parcelamento do saldo devedor.

14. Empréstimos e financiamentos As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue: Descrição, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2024, Saldo Final.

15. Contingências legais A NOROMIX CONCRETO S.A. está envolvida em diversos processos em andamento, os quais vêm se discutindo questões das áreas civis e trabalhistas, tanto na esfera administrativa como judicial. Os processos estão amparados por pareceres jurídicos, e aguardando definições de suas demandas. As provisões são mantidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Foram realizadas as Provisões até 31/12/2024, totalizando o valor de R\$ 420.193 para as contingências que foram avaliadas com as possibilidades de perdas para a NOROMIX CONCRETO S.A., segundo definições de nossa Assessoria Jurídica.

16. Patrimônio líquido O Capital Social é de R\$ 49.778.608, totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2024, pertencentes a acionistas domiciliados no país. 17. Eventos Subsequentes Em 31/12/2024 até a data finalização da auditoria 25/03/2025, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações financeiras apresentadas.

Demonsrações dos Fluxos de Caixa table with columns for Descrição, Fluxo de caixa das atividades operacionais, Investimentos, and Financeiras.

Demonsrações do Resultado do Exercício table with columns for Descrição, 2024, 2023, and Consolidado.

Demonsrações dos Fluxos de Caixa table with columns for Descrição, Fluxo de caixa das atividades operacionais, Investimentos, and Financeiras.

Demonsrações do Resultado do Exercício table with columns for Descrição, 2024, 2023, and Consolidado.

Demonsrações dos Fluxos de Caixa table with columns for Descrição, Fluxo de caixa das atividades operacionais, Investimentos, and Financeiras.

Demonsrações do Resultado do Exercício table with columns for Descrição, 2024, 2023, and Consolidado.

Demonsrações dos Fluxos de Caixa table with columns for Descrição, Fluxo de caixa das atividades operacionais, Investimentos, and Financeiras.

Demonsrações do Resultado do Exercício table with columns for Descrição, 2024, 2023, and Consolidado.

Demonsrações dos Fluxos de Caixa table with columns for Descrição, Fluxo de caixa das atividades operacionais, Investimentos, and Financeiras.

Demonsrações do Resultado do Exercício table with columns for Descrição, 2024, 2023, and Consolidado.

Demonsrações dos Fluxos de Caixa table with columns for Descrição, Fluxo de caixa das atividades operacionais, Investimentos, and Financeiras.

Demonsrações do Resultado do Exercício table with columns for Descrição, 2024, 2023, and Consolidado.

Demonsrações dos Fluxos de Caixa table with columns for Descrição, Fluxo de caixa das atividades operacionais, Investimentos, and Financeiras.

Demonsrações do Resultado do Exercício table with columns for Descrição, 2024, 2023, and Consolidado.

Demonsrações dos Fluxos de Caixa table with columns for Descrição, Fluxo de caixa das atividades operacionais, Investimentos, and Financeiras.

Aos Administradores e Acionistas da NOROMIX CONCRETO S.A. Opinião Examinamos as demonstrações contábeis das individuais e consolidadas da Companhia Noromix Concreto S.A., identificamos como controladora e consolidado respectivamente, as demonstrações contábeis das individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia Noromix Concreto S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada \"Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas\". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com o princípio ético relevante previsto no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: A Companhia possui um saldo de R\$ 25 milhões em seu balanço, composto por R\$ 31 milhões no ativo e R\$ 6 milhões no passivo, registrado na conta consolidada de Adiantamentos a Fornecedores e Adiantamento de Clientes, respectivamente. Esses valores referem-se a transações entre partes relacionadas Outros Assuntos As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós examinadas, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais emitido em 23 de março de 2024. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a declarar a este respeito. Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as demonstrações contábeis A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequação da apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adoção do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões sobre fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das contatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Bebedouro - SP, 25 de março de 2025. MB AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES CNPJ 03.805.426/0001-00 - CRC 2SP 021390/O-7 MARCELO BOCK - CONTADOR - CRC 1SP 128524/O-0 - CVM 11207

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 3BCC-AF45-5733-7019.

Documentos assinados e autenticados digitalmente. Documento assinado e autenticado digitalmente em 28/03/2025. A autenticidade pode ser conferida no site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 3BCC-AF45-5733-7019.

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 3BCC-AF45-5733-7019.

OZ Corretora de Câmbio S.A.											
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)											
BALANÇO PATRIMONIAL					DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
Ativo	NE	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	NE	31/12/2024	31/12/2023	NE	2º-SEM-24	2024	2023
Circulante		7.773	17.393	Circulante		4.718	14.998	Receitas de intermediação financeira	7.385	14.605	10.776
Disponibilidades	3,1	5.395	15.442	Instrumentos financeiros		3.884	2.504	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		42	46
Instrumentos financeiros		176	163	Relações interdependências	4	3.882	2.482	Resultado de operações de câmbio	7.343	14.559	10.776
Rendas a receber	4	176	163	Obrigações por empréstimos e repasses		2	-	Resultado bruto da intermediação financeira	7.385	14.605	10.776
Outros ativos		2.202	1.788	Carteira de câmbio		-	22	Outras receitas/despesas operacionais	(7.157)	(14.560)	(10.356)
Outros créditos - diversos	4	2.130	1.716	Outros passivos		834	12.494	Receitas de prestação de serviços	1.822	3.710	2.883
Despesas antecipadas		72	72	Fiscais e previdenciárias	4	327	337	Despesas de pessoal	(1.351)	(2.625)	(2.946)
Não circulante		676	834	Diversas	4	507	12.157	Outras despesas administrativas	6	(7.715)	(14.698)
Prov. Perdas esperadas associadas a:		(8)	-	Patrimônio líquido		3.731	3.229	Despesas tributárias	(527)	(1.033)	(785)
Risco de rendas a receber e outros créditos	4	(8)	-	Capital:		5.000	4.500	Despesas com provisões	(6)	(8)	3
Imobilizado de uso		463	538	Capital:		5.000	5.000	Outras receitas operacionais	26	108	33
Outras imobilizações de uso		1.280	1.225	(Prejuízos acumulados)	5	(1.269)	(1.271)	Outras despesas operacionais	(6)	(14)	(50)
(Depreciações acumuladas)		(817)	(687)	Total do passivo e patrimônio líquido		8.449	18.227	Resultado operacional	(372)	45	420
Intangível		221	296					Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	(372)	45	420
Ativos intangíveis		401	401					Imposto de renda e contribuição social	81	(43)	(123)
(Amortização acumulada)		(180)	(105)					Provisão para imposto de renda	51	(21)	(67)
Total do ativo		8.449	18.227					Provisão para contribuição social	30	(22)	(56)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
Exercício de 01/01/23 a 31/12/23											
Saldo no início do exercício em 01/01/23	Capital Realizado	Aumento de Capital	Capital a Integralizar	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total						
Aumento de capital	1.000	500	(500)	(1.568)	1.932						
Prejuízo do exercício	-	-	-	297	297						
Saldo no fim do exercício em 31/12/23	4.500	500	(500)	(1.271)	3.229						
Mutações do exercício:	1.000	500	(500)	297	1.297						
Semestre de 01/07/24 a 31/12/24											
Saldo no início do semestre em 01/07/24	Capital Realizado	Aumento de Capital	Capital a Integralizar	Lucros Acumulados	Total						
Aumento de capital	500	-	-	(978)	3.522						
Prejuízo do semestre	-	-	-	(291)	500						
Saldo no fim do semestre em 31/12/24	5.000	-	-	(1.269)	3.731						
Mutações do semestre:	500	-	-	(291)	209						
Exercício de 01/01/24 a 31/12/24											
Saldo no início do exercício em 01/01/24	Capital Realizado	Aumento de Capital	Capital a Integralizar	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total						
Aumento de capital	500	(500)	500	2	2						
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.269)	3.731						
Saldo no fim do exercício em 31/12/24	5.000	-	-	(1.269)	3.731						
Mutações do exercício:	500	(500)	500	2	502						
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS											
1. Contexto Operacional: A OZ Corretora de Câmbio S.A., constituída em 26/06/2000, foi autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil em 06/09/2000, com prazo de duração indeterminado. A sociedade tem por objeto social exclusivo a intermediação em operações de câmbio e a prática de operações no mercado de câmbio, e vem operando regularmente no mercado financeiro. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração, que em atendimento ao disposto no artigo 7º da Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, declara de forma explícita sem reserva, que as Demonstrações Financeiras estão em conformidade com a regulamentação emanada do CMN e do BCB, bem como, que é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções. Foram elaboradas as demonstrações contábeis adotadas no Brasil as quais abrangem a legislação societária, associadas às normas e instruções do BACEN, consultadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Procedimentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras e sua divulgação a terceiros, foi dada pela Diretoria da Corretora em 18 de março de 2025. 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: a) Ajuste de resultado: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. b) Estimativas contábeis: Na preparação das demonstrações foram utilizadas estimativas contábeis que se basearam em fatores objetivos e subjetivos e levaram em consideração o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido à subjetividade inerentes ao processo de sua determinação. A Corretora revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente. c) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: São apresentados pelo valor de realização, incluindo para os demais ativos - Intangível - São registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Corretora ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a taxa de 20% a.a. e Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo: Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais inerentes até a data dos balanços. Provisões - Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Corretora possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. f) Provisão para imposto de renda e contribuição social: A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 no ano, a provisão para contribuição social está sendo calculada à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Em virtude da Emenda Constitucional 103/19, a partir de 31/02/20 a alíquota da CSLL foi majorada de 15% para 20%. Adicionalmente, em decorrência da Lei nº 14.183/21, convertida em Lei da Medida Provisória nº 1.034/21, a partir de 01/01/22 a alíquota voltou a ser de 15%. Por meio da Lei nº 14.462/22, a alíquota foi majorada novamente para 16% pelo período de 01/08/22 a 31/12/22 e, finalmente, a partir de 01/01/23 a alíquota retornou para 15%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculado sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são registrados na rubrica "Outros créditos - diversos". Os créditos tributários serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas bases sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização. g) Contingências: Os passivos contingentes são reconhecidos quando baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os ativos contingentes são reconhecidos quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias em reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. h) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída no montante de R\$ 8 (não houve liquidação											

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

São Paulo, 28 de março de 2025. Ilmos. Senhores - Diretores e Acionistas da OZ CORRETORA DE CÂMBIO S.A., São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da OZ CORRETORA DE CÂMBIO S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OZ CORRETORA DE CÂMBIO S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à "Corretora", de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis: O relatório do auditor: A administração da "Corretora" é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção



Jornal O DIA SP

SEQUIOA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME Nº 01.599.101/0001-93 / NIRE 35.3.0050149-7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Informamos os senhores acionistas da Sequoia Logística e Transportes S.A. ("Companhia") sobre a convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia **28 de abril de 2025**, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81/22"), por meio da plataforma digital *Ten Meetings* ("Plataforma Digital") para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Assembleia"): 1. Fixar o número de membros do Conselho de Administração da Companhia; 2. Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; 3. Fixar o valor da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025; A Companhia esclarece que, tendo em vista o adiamento da divulgação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 ("DFs 2024"), conforme Fato Relevante divulgado em 24 de março de 2025, foi mantida a convocação da Assembleia Geral Ordinária apenas para deliberação sobre os temas indicados acima. O exame, discussão e votação (i) das contas dos administradores em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) das DFs 2024; ocorrerá em Assembleia Geral Extraordinária a ser oportunamente convocada após a divulgação das DFs 2024 auditadas e do parecer dos auditores independentes relativo ao exercício social de 2024. **Procedimentos para participação:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da RCVN 81/22, e em conformidade com as instruções detalhadas no Manual e Proposta da Administração para a Assembleia divulgada pela Companhia ("**Proposta da Administração**"). Dessa forma, a participação do acionista somente poderá se dar via **Plataforma Digital** ou através do envio de **Boletim de Voto à Distância**. Para o acionista que queira participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital, o acionista ou seu representante legal, objetivando assegurar a sua participação digital na Assembleia, deverá acessar o site da Companhia, no link: <https://assembleia.ten.com.br/274694988>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, conforme listados abaixo ("**Documentos**"), com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia **26 de abril de 2025**. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. Os Documentos a serem apresentados são os seguintes: 1. Cópia simples do extrato expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de emissão da Companhia de titularidade do respectivo acionista, contendo a indicação da respectiva participação acionária, datado de até 4 (quatro) dias úteis antes da data da Assembleia; e 2. Os seguintes documentos: (a) **se pessoa natural:** (i) cópia simples de documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável, e, (ii) no caso de ser representado por procurador, cópia simples do instrumento de mandato firmado (com firma reconhecida) com menos de 1 (um) ano, devendo tal procurador ser outro acionista, administrador da Companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira, e original de documento de identificação do procurador; ou (b) **se pessoa jurídica:** (i) a cópia simples (i.1) dos atos constitutivos atualizados do acionista e (i.2) do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito da Assembleia, devidamente registrados nos órgãos competentes, acompanhados de suas respectivas publicações; (ii) se for o caso, instrumento de mandato (com firma reconhecida) devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do acionista; e (iii) cópia simples de documento de identificação do representante e, se for o caso, do procurador; ou, ainda (c) **se fundo de investimento:** (i) a cópia simples (i.1) dos atos constitutivos atualizados do administrador e/ou gestor; e (i.2) do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito da Assembleia, devidamente registrados nos órgãos competentes, acompanhados de suas respectivas publicações; (ii) cópia do regulamento atualizado do fundo de investimento; (iii) se for o caso, instrumento de mandato (com firma reconhecida) devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do administrador e/ou gestor; e (iv) cópia simples de documento de identificação do representante ou procurador. Para os fins dos documentos previstos nos itens (b) e (c), a Companhia aceitará (i) estatutos e contratos sociais, em certidão expedida pelo respectivo órgão de registro e cópia simples do original; e (ii) especificamente em relação ao ato que investe o representante de poderes para votar em nome da pessoa jurídica acionista, caso seja instrumento particular de mandato, deverá conter firma reconhecida do outorgante ou de seus representantes. No caso de pessoas jurídicas com representantes que não sejam nomeados no próprio estatuto/contrato social ou com algum procedimento de nomeação por ato em separado, é necessário que o acionista comprove a validade da nomeação providenciando comprovante do arquivamento do ato no registro competente. No caso dos fundos de investimento, o representante deverá comprovar a sua qualidade de administrador do fundo ou de procurador devidamente nomeado por este, na forma da legislação que lhe for aplicável. No caso de entidades estrangeiras, a Companhia exigirá que a documentação que comprova os poderes de representação tenha passado por processo de notariação, consularização ou aposição de apostila, nos termos da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros. Documentos redigidos em outras línguas (que não o português) serão aceitos mediante apresentação de cópia simples de tradução. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), o acionista pode participar ou ser representado na Assembleia: (i) **se pessoa natural**, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira), (ii) **se pessoa jurídica**, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos, (iii) **se fundo de investimento**, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e, em qualquer caso, de acordo com as regras da legislação aplicável. Os acionistas que não manifestarem o interesse na participação na Assembleia e não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui exigido não estarão aptos à participação na Assembleia. As informações detalhadas sobre as regras e os procedimentos a serem seguidos para que os acionistas possam participar e votar à distância na Assembleia, estão disponíveis na Proposta da Administração. O Conselho Fiscal poderá ser instalado na Assembleia a pedido de acionistas que representem, em conjunto ou isoladamente, pelo menos 2% (dois por cento) do capital social votante da Companhia, nos termos do artigo 161, § 2º, da Lei das S.A., e do artigo 4º, da Resolução CVM nº 70/22. Para fins do artigo 5º da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia informa, ainda, que o percentual mínimo do capital votante necessário para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 3º da Resolução CVM 70/2022. Sem prejuízo do prazo previsto no artigo 141, parágrafo 1º, da Lei das S.A., a Companhia destaca a importância de que os pedidos de voto múltiplo sejam feitos com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais acionistas, nacionais e estrangeiros. Encontram-se à disposição dos acionistas no Departamento de Relações com Investidores da Companhia, na sede social da Companhia, localizada na Alameda Rio Negro, nº 500, 6º Andar, Sala 601, Alphaville, na cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06454-000, e nos websites da Companhia (<https://ri.sequiolog.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia, nos termos da Lei das S.A. e da RCVN 81/22.

Barueri/SP, 28 de março de 2025.

Sequoia Logística e Transportes S.A.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/3BCC-AF45-5733-7019> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 3BCC-AF45-5733-7019



Hash do Documento

CC382CB2D522C6FC1831BFBA26CBD1ECEBCF0ABDD8C88AADB6CF36DF4AD76AC8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2025 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 28/03/2025 00:02 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

